

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981, 120p.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Os liberais e a crise da República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1983, 78p.

Res. por Sylvia Levi-Moreira
Mestre em História Social — USP

A questão das oposições parece ter assumido ultimamente, talvez por força das recentes circunstâncias políticas do país, um relevo especial. Assim sendo, chamou-nos a atenção o aparecimento de dois livros cuja temática centra-se no movimento de oposição em dois Estados politicamente importantes na Primeira República: São Paulo e Rio Grande do Sul. A similaridade destes movimentos, ocorridos há mais de meio século, com a campanha da Aliança Democrática, que levou ao poder o atual presidente da República, motiva a procura de possíveis vínculos entre as duas situações históricas. A nossa preocupação aqui é, no entanto, resenhar os trabalhos de Vizentini e Antonacci. Começemos com este último.

O trabalho de M. Antonacci, fruto de uma pesquisa de mestrado, estuda historicamente as oposições rio-grandenses na conjuntura de 1921 a 1923, procurando compreender a peculiaridade do Rio Grande do Sul (RS) frente aos demais estados. Neste estado sulino, a divisão dos grupos dominantes levou ao surgimento de partidos com projetos divergentes no que tange à própria organização política do Estado.

O trabalho é dividido em 4 capítulos. No primeiro, a autora analisa o RS no período de transição do Império para a República, salientando o momento de cisão da classe dominante. O segundo discute as consequências da crise econômica do período sequente à Primeira Guerra Mundial, em que o governo federal e estadual deixam de atender às necessidades dos produtores da região. O terceiro aborda o conagraçamento das oposições, tendo Assis Brasil como líder. Finalmente, no quarto capítulo, a autora faz

uma análise da campanha presidencial em 1922 ao Pacto das Pedras Altas em 1923, apontando os diferentes projetos dos grupos dominantes gaúchos.

Acreditamos que a partir desse trabalho estabelece-se que o momento de 1921-1923 é fundamental para a compreensão da articulação das oposições frente ao governo do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), sob a liderança de Borges de Medeiros. Talvez, como afirma a autora, seja o “momento privilegiado” (p. 11) para o estudo da recomposição das classes dominantes gaúchas, na medida em que a crise econômica que se instaurou nesse período criou condições políticas concretas para a luta das oposições contra o controle rígido de poder exercido pelo PRR. Na crise de 1921 concorreram, entre outros, fatores tais como: a falta de créditos, a falta de mercados externos para a produção gaúcha além da própria concorrência internacional.

É preciso lembrar ainda uma peculiaridade do grupo republicano no poder: influenciado pelas idéias positivistas, eles acreditavam na revigoração da economia através de uma política de diversificação, numa sociedade em que o Estado — sem caráter classista, anti-intervencionista e anti-protetionista — deveria apenas administrar o bem público. A visão positivista de Estado impediu que o PRR intervisse a favor de um dos setores mais atingidos pela crise econômica de 1921 -o da pecuária- criando uma situação favorável à arregimentação dos grupos desalojados do poder. A crise evidência, dessa forma, que os grupos de oposição e o grupo no poder possuíam “formas distintas de entender e conceber o Estado, em suas funções e relações com os grupos sociais” (p. 40).

Chama a atenção um aspecto apontado pela autora: enquanto houve um desenvolvimento contínuo das forças de produção no RS os mecanismos de poder e o projeto político do PRR para a área riograndense não sofreram maiores questionamentos (p. 53). No entanto, a década de 20 revelava que a estratégia política adotada pelo PRR não mais satisfazia os interesses dos pecuaristas e, a partir da arregimentação destes últimos, abriu-se terreno para a atuação dos grupos de oposição. Dessa forma, o movimento, inicialmente de caráter econômico, transformou-se numa luta político-partidária que visava a alteração das regras do jogo do poder.

É no momento em que se dá a sucessão presidencial, em 1922, que as oposições se aglutinam em torno do nome de Assis Brasil. Assis Brasil deixa de lado algumas de suas propostas prévias e convoca as oposições a se unirem numa “cruzada redentora”, destituída de caráter partidário. O movimento, assim caracterizado, não revelava um programa definido de governo, apresentando-se como uma “Frente Liberal”.

As oposições encontravam-se até então divididas em 3 grupos: os democratas, os dissidentes republicanos e os federalistas. A união se dá com

o objetivo de remover o PRR do exercício do poder. O projeto do partido governista não mais atendia aos interesses sociais do RS. A extensão do movimento mostra que era preciso estabelecer um novo equilíbrio entre as classes sociais, “onde camadas da classe dominada foram atraídas para compor alianças com setores dominantes” (p. 96). A “questão social” passa a ser assunto para debate e medidas reformistas são propostas por alguns grupos para solucionar problemas relativos ao trabalho (p. 94).

Como é conhecido, não vingou a idéia de um Tribunal de Honra, pedido pela oposição para julgar a eleição que garantiu a vitória à Borges de Medeiros, o que levou o grupo liberal a partir para a luta armada em janeiro de 1923. O desfecho se deu com o Pacto das Pedras Altas em Dezembro de 1923 que proibia, entre outras coisas, a reeleição do presidente. É preciso lembrar que antes de ser firmado o Pacto, Assis Brasil propôs uma “candidatura de conciliação”, permitindo que Borges continuasse no poder. Segundo a autora, “esta ênfase nas eleições com o retorno à luta constitucional, mostra o próprio limite dos movimentos intraclasse dominante no sistema de poder da Primeira República. Chegavam à luta armada apenas para provocar a intervenção federal, modo de garantir o rodízio no controle do aparelho estatal” (p. 109). Mais adiante ela afirma que com o Pacto aumentaram as possibilidades de participação nos cargos de decisão daqueles setores da classe dominante gaúcha até então não vinculados ao aparelho do estado rio-grandense (p. 111).

Em síntese, o projeto das oposições de idéias liberais-democráticas procurou ampliar a participação nos postos governamentais objetivando, em última instância, criar uma nova hegemonia política na região, através da modificação nas relações estado-classes sociais estabelecidas pelo PRR.

Um trabalho de pesquisa cuidadoso, o livro de Antonacci ajuda a esclarecer melhor a política interna gaúcha na República Velha. Na medida em que faz uma análise minuciosa dos anos de 1921 a 1923, a autora contribui sobremaneira para o entendimento do papel das oposições no período. Isso é relevante para se compreender não só a especificidade política do RS frente aos demais estados, como também para a análise dos conflitos que marcam a década de 20 no Brasil.

Nessa linha de estudo das oposições a Editora Brasiliense publicou em 1983 o trabalho de Paulo F. Vizontini. O livro sofre algumas limitações devidas ao caráter da coleção “Tudo é História”. É preciso considerar que um dos objetivos da coleção é o de divulgar entre o público leigo trabalhos que, muitas vezes, detêm uma estrutura complexa por serem fruto de pesquisas acadêmicas.

A importância do trabalho de Vizontini reside no fato do autor estudar as facções dissidentes tanto no Rio Grande do Sul quanto em São Pau-

lo. Nesse sentido, seu trabalho é mais abrangente. O estudo compreende uma introdução, onde o autor destaca o aprofundamento da crise sócio-política entre 1922 e 1930, levando a uma intensa movimentação do que ele chama de “grupos oligárquicos dissidentes”, marginalizados da estrutura política institucional (p. 7-8). Em seguida, Vizentini discute aspectos da estrutura política da República Velha, procurando mostrar como as transformações da década de 20 e — a “crise econômica” levou certos setores dissidentes, intra e interoligárquicos, a estabelecerem críticas de caráter liberal-democrática, como forma de abertura do sistema político para sua participação (p. 29). Nessa parte ele aborda temas que vão desde a crise do modelo primário exportador brasileiro de café às transformações sócio-políticas que a ordem republicana não mais era capaz de absorver. Discutem-se aí aspectos da industrialização, urbanização e tenentismo. É nesta passagem que Vizentini apresenta o movimento de oposição no Rio Grande do Sul, único Estado a apresentar partidos de oposição consistentes, política e ideologicamente, durante toda a República Velha (p. 25).

No capítulo seguinte ele discute propriamente as oposições ocorridas no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Aponta as semelhanças e marca as diferenças entre os dois movimentos. Em essência o que os diferenciava era a trajetória política: os gaúchos, de tradições militaristas e liderados por um partido de características positivistas, recorrem à luta armada como único meio de transformação política. Já os membros do Partido Democrático de São Paulo acreditavam mais na alteração do sistema através do caminho eleitoral. Em comum, Vizentini salienta: “o mesmo caráter de protesto contra a desatenção dos poderes públicos para com a base econômica oposicionista (a pecuária, no Rio Grande do Sul, e a cafeicultura, em São Paulo); os mesmos traços ruralistas e antiindustrialistas; a luta pela reforma política, dentro dos princípios liberais-democráticos, representados pelo binômio representação e justiça, etc.” (p. 46).

Evidentemente não é possível aqui analisar em profundidade todos os itens abordados nessa passagem. Gostaria apenas de fazer algumas observações. Penso que atribuir a organização do Partido Democrático (PD) à fração da burguesia agrária e financeira paulista, de traços fortemente anti-industriais, é um pouco simplificar a questão. Teria mesmo sido o anti-industrialismo um traço tão explícito da oposição como afirma o autor (p. 45)? Por outro lado, o autor afirma que PD abrigava “uma fração da classe dominante cafeicultora, *além* (grifo nosso) de segmentos urbanos” (p. 71). Cabe aqui indagar se aquela fração já não estaria urbanizada quando da fundação do partido em 1926.

Gostaríamos ainda de apontar um equívoco quanto ao programa do PD. À página 43, Vizentini transcreve o 5º item do Manifesto do Partido

Democrático. Nele lê-se: “suscitar e defender todas as medidas que interessem à questão social e, particularmente, ao bem-estar das classes trabalhadoras”. No entanto conforme demonstrou Maria Lígia Prado (*A Democracia ilustrada. São Paulo (1926-1934)* Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1932 (mimeo), pp. 18 e 19) este era o Manifesto do Partido Democrata, nomenclatura que não vingou. Quando o Partido Democrático finalmente se constituiu, seu manifesto omite a parte que se refere ao “bem-estar das classes trabalhadoras”. Este equívoco origina-se da transcrição por Paulo Nogueira Filho (em *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*, vol. I: *O Partido Democrático e a Revolução de 1930*) do manifesto do Partido Democrata como sendo o programa do Partido Democrático.

Em seguida, o autor discute a consolidação do projeto liberal e a formação do Partido Democrático Nacional em 1928. Discute também a articulação do projeto autoritário no Rio Grande do Sul e a ascensão de Getúlio Vargas ao governo do Estado. Aborda a formação da Frente Única Gaúcha, quando da sucessão presidencial, colocando que a unificação das forças políticas no Rio Grande do Sul, permitiu a este estado afirmar-se na política nacional (p. 57).

A Aliança Liberal criada pelas oposições em 1929, indicando Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência respectivamente, refletia a multiplicidade das posições políticas existentes no país. As eleições garantiram, no entanto, vitória ao candidato situacionista Júlio Prestes (p. 64). Grupos aliancistas voltam a se organizar sendo perseguidos pelo governo federal (p. 67). Como se sabe, João Pessoa foi assassinado e, exatamente um mês após a eclosão da rebelião em Porto Alegre, Vargas instaurava o governo provisório em 3 de Novembro. “Assim”, afirma o autor, “caía a República Velha, abatida pelas oligarquias dissidentes (gaúcha, mineira e paraibana) aliada aos liberais (Partido Libertador no RS e Partido Democrático de SP), com o apoio dos tenentes e o entusiasmo das classes médias urbanas” (p. 69).

Concluindo, o projeto liberal visava ampliar a participação política dos próprios grupos da classe dominante não representados no poder, além das camadas médias. Pondera o autor que os grupos médios urbanos, na busca de ocupar um espaço político, “não conseguiram transformar suas perspectivas ideológicas num projeto alternativo próprio, independente da oligarquia” (p. 74). Vale lembrar aqui, conforme mostra Paulo Sérgio Pinheiro (*Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política* IN FAUSTO, B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, O Brasil Republicano, 2º v., Sociedade e Instituições, (1889-1930), 1977, p. 36), que as classes médias atuaram durante o período da República Velha como “mediadoras” na redefinição do jogo do poder. Nesse sentido,

compreende-se que as classes médias não tenham apresentado um projeto próprio alternativo de poder.

Esta resenha tem o objetivo de colaborar para uma ampliação do debate político sobre a República Velha. Trabalhos sobre as oposições nesse período da História Brasileira são ainda muito escassos. Estudar as oposições, torna-se importante para uma melhor compreensão da história política do país. Assim sendo queremos salientar a relevância dos dois trabalhos pois contribuem para se entender um pouco melhor não só o processo político na República Velha, mas talvez da assim chamada “República Nova”.